

A SOCIEDADE COLONIAL: ESTILOS DE VIDA EUROPEUS EM MOÇAMBIQUE SETECENTISTA

LUÍS FREDERICO DIAS ANTUNES*

Quem se debruça sobre a sociedade colonial não pode ter como parâmetro as normas que ordenavam a estrutura social vigente na metrópole, na medida em que a realidade colonial apresentava aspectos visivelmente diferentes, entre os quais, avultavam a divisão do trabalho e os padrões de sociabilidade e de religiosidade nos domínios ultramarinos, frequentemente evidenciados pela precariedade da evangelização e por concepções de devoção e de convivência sincréticas.

Obviamente, tal não significa que os traços característicos e vinculativos à metrópole fossem negados, nem que não se seguissem as principais orientações traçadas no Antigo Sistema Colonial, patenteadas no capitalismo mercantil, no escravismo como base da sociedade, e ainda, na monocultura, na grande propriedade e na miscigenação¹.

No essencial, foi esta reciprocidade mútua – carácter marcante na relação entre a sociedade e a administração colonial -, que determinou as relações entre o público e o privado, e foi, também, sob este modelo interactivo que, progressivamente, se construiu o imaginário político da sociedade e dos diferentes corpos sociais.

* Instituto de Investigação Científica Tropical – Lisboa.

¹ Caio C. BOSCHI, «Apontamentos para o estudo da economia, do trabalho e da sociedade na Minas Colonial», in *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, vol. 4, n.º 2 e 3, Maio-Dezembro, 1989, p. 52.

De acordo com Júnia Furtado, a colonização do Brasil - á qual eu acrescentaria a dos outros domínios portugueses ultramarinos -, que foi da responsabilidade do Estado e da Igreja, caracterizava-se, entre outros aspectos, pela instituição de símbolos culturais que evidenciassem inequivocamente a ascendência europeia e diferenciasssem o papel cultural do colonizador e do colonizado².

Convém, portanto, ter em conta que a construção da sociedade colonial exigiu a presença de elites abastadas, proprietárias de terras e de escravos, interessadas no processo de fixação e que, tornando-se verdadeiros agentes de soberania da Coroa, reuniam as condições para preencher os principais quadros da administração nos diferentes espaços ultramarinos. No que respeita aos aspectos sociais e da vida quotidiana, estas elites procuravam impor os seus modelos de sociabilidade, conferindo, assim, uma feição própria e mais complexa às sociedades coloniais.

O objectivo principal deste breve trabalho é, apenas, fornecer alguns apontamentos sobre a forma como viviam os portugueses em Moçambique no século XVIII - notas que procuram avaliar em que medida o estilo de vida e os valores culturais europeus reagiram, por exemplo, a uma certa «cafrealização» de costumes -, para que possamos entender como é que muitos desses europeus interagiram com África e com os africanos.

Vejamos:

1. Nas suas *Memórias*, o secretário da Secretaria de Moçambique, António Pinto de Miranda, dá a conhecer da seguinte maneira a forma como viviam os europeus em Moçambique, em meados do século XVIII:

«O Tratamento dos nossos Éropeos hé todo afidalgado desde o mais infimo athé o mais Superior. Desprezão os Seus officios quando elles podião passar allegremente a vida; (...) Quazi todos dizem que descendem de progenitores illustres e fidalgos tituláres; mas São as Suas açoens humildes. Allem das proprias mulheres não deixão de procurarem outras. Servemsse alguns das portas para dentro com 100 e mais Escravas, (...). Frequentão os jogos, e os dão em Caza em demazia, e excesso Servindo lhe tais de Sua total ruina. Andam de contino de manxilas que tem a Semelhança das Redes da America e as mais das vezes para partes tão pouco distantes»³.

² Júnia FURTADO, «O outro lado da Inconfidência Mineira: Pacto Colonial e Elites Locais», in *Laboratório de Pesquisa Histórica - Revista de História*, Ouro Preto, v. 4, 1993-1994, pp. 74-75.

³ António Pinto de MIRANDA, «Memória sobre a costa de África (c. 1766)», in António Alberto (Banha) de Andrade (introdução, edição e notas), *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 253.

Outras fontes mais finas, a correspondência oficial quotidiana e, sobretudo, os testamentos e inventários *post-mortem*, dão conta da prolongada ausência da família e do círculo de convivência social na metrópole, da inadaptação ao clima tropical, da alteração dos usos e costumes, da presença da escravidão, da mudança de hábitos alimentares e da escassez de bens materiais que tornavam a vida mais aprazível em África para os diferentes agentes e governantes oriundos do Reino.

Foi na intersecção de um mundo com marcas senhoriais, feito de «donas e de senhores», com um mundo africano marcado pela escravatura, que se edificou, sobretudo na zona dos prazos da Zambézia, a sociedade colonial moçambicana⁴. Uma sociedade identificada com uma forma de vida híbrida desenvolvida por donas, mozungos e prazeiros, uma espécie de aristocracia rural local, detentora de lendários poderes e riquezas, associados aos extensos territórios que possuíam na Zambézia.

A historiografia apresenta os prazeiros como forças políticas com grande autonomia em relação à Coroa, alargando frequentemente os seus domínios para além das doações originais e exercendo um poder político e administrativo bastante vasto, ao celebrar acordos com as diferentes autoridades nativas, fomentar guerras particulares, instituir a lei e as punições nas suas terras, muitas vezes, à revelia dos governadores e da administração moçambicana.

Essa ampla liberdade política e capacidade para traçar as suas próprias normas de conduta, foram algumas das principais causas para o desenvolvimento de uma elite rural cuja actuação prejudicava, frequentemente, os interesses da Coroa, salvo na manutenção da soberania portuguesa na região.

A administração colonial moçambicana procurou, por diversos meios e em várias ocasiões, intervir e cercear a actuação destas elites, na Zambézia, delimitando as dimensões das suas fazendas, forçando ao pagamento dos foros estabelecidos, ou pressionando os casamentos entre *prazeiras*, supostamente brancas, e *mozungos*⁵. Convém relembrar que o termo *mozungo* incorporou, ao longo dos tempos, várias acepções. Se com Manuel Barreto (1667) o vocábulo designava os portugueses, que eram, genericamente considerados, de «senhores»⁶, um século depois, o termo, não só considerava os portugueses, mas, também, todos os que se vestiam e se exibiam como eles: *Mozungo*, escrevia Francisco de Mello e Castro, em 1753, «era o nome que tínhamos entre a caferria não só os Portuguezes, porque a esses os destiguem por Mozungos da Manga, que hé da Corte, o que aludem a todo o Reyno de Portugal, mas também aos mais

⁴ José CAPELA, *Donas, Senhores e Escravos*, Porto, Edições Afrontamento, 1995, pp. 67-101.

⁵ Carlos SERRA (dir.), *História de Moçambique*, Maputo, Livraria Universitária, 2000, p. 252; René PELISSIER, *História de Moçambique*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 80.

⁶ P.^o Manuel BARRETO, «Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama vulgar e verdadeiramente chamados Rios de Ouro», 11 de Dezembro de 1667, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4^a Série, 1, Lisboa, 1883, pp. 33-59.

vassallos que andão vestidos ainda que sejam pretos»⁷, ou, ainda, como lembrava o memorialista Pinto de Miranda, por volta de 1766, Mozungos são os «patrícios, filhos de alguns portugueses e naturais de Goa feitos em negras. São a maior parte da cor dos cabouclos do Brazil, e outros puramente negros»⁸.

Este tipo sistema dominial dá origem ao que José Capela designou de *ethos* zambeziano, um padrão social específico, caracterizado pela mestiçagem, que o autor denominava «por uma miscigenação biológica e cultural sem paralelo»⁹.

Não cabe aqui falar sobre quando e como surgem as donas da Zambézia, mas, apenas, referenciá-las como uma das pedras basilares do sistema social que se instalou naquela região quando uma conjuntura específica impôs a oficialização do que passaria a ser conhecido como Prazos da Coroa¹⁰. As donas na Zambézia eram frequentemente mestiças, filhas de portugueses e de negras ou goesas: Inês Gracia Cardoso, Catarina de Faria Leitão, Sebastiana Fernandes de Moura, Inês Pessoa de Almeida Castelbranco, Ana de Chinde, Macacica, Inácia Benedita da Cruz, foram algumas das mais célebres «donas da Zambézia», que, durante os séculos XVIII e XIX, herdaram e forjaram enormes fortunas, extensas propriedades, muitas cabeças de gado e centenas de escravos, acabando por deter um grande poder na sua área de influência. Na ilha de Moçambique, as donas eram as senhoras, quer elas fossem brancas ou não.

⁷ AHU, *Moçambique*, cx. 8, doc. 42, 20 de Novembro de 1753.

⁸ António Pinto de MIRANDA, *cit.*, p. 250.

⁹ José CAPELA, *cit.*, p. 12. Sobre os processos de mestiçagem no Brasil veja-se, por exemplo, de Eduardo França PAIVA e Isnara Pereira IVO (orgs.), *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*, São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

¹⁰ José CAPELA, *cit.*, p. 72. Sobre as origens e a evolução do sistema dos prazos sob o domínio português veja-se entre outros estudos e obras as de Luís Filipe F. R. THOMAZ, “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”, in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1984, pp.207-245; Alexandre LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique. 1752-1763*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957; Idem, *Colonização Senhorial da Zambézia e outros estudos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1962; Idem, “Sobre os Prazos da Índia”, in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Português*, Lisboa, I.I.C.T., 1985, pp.461-466; Allen ISAACMAN, *Mozambique - The Africanization of a European Institution - The Zambezi Prazos, 1750-1902*, London, The University of Wisconsin Press, 1972; Idem, “The prazos da Coroa - 1752-1830 - a functional analysis of the political system”, in *Studia*, Lisboa, 26, 1969, pp.149-178; M. D. D. NEWITT, *Portuguese Settlement on the Zambezi. Exploration, Land Tenure and Colonial Rule in East Africa*, London, Longman, 1973; Luís Frederico Dias ANTUNES, «Algumas considerações sobre os Prazos de Baçaim e Damão», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. III, Lisboa, CHAM/FCSH/UNL, 2002, pp. 231-257; Maria Eugénia Alves RODRIGUES, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos séculos XVII e XVIII*, FCSH, UNL, 2002 (dissertação de doutoramento).

2. Nesta documentação perpassa a ideia, nem sempre correcta, de que não existia quem entrasse em Moçambique pobre que de lá não saísse rico¹¹.

Observemos, então, o que se passava com a acumulação patrimonial dos governadores Pereira do Lago e Vasconcelos e Almeida¹². Se exceptuarmos o recheio da casa (móveis, louças e artigos da dispensa), verificamos que os metais preciosos, as patacas e as jóias do património de Lago e de Almeida estavam avaliados em cerca de 65 contos de réis e em 9 contos de réis, respectivamente¹³.

Para se ter uma ideia da grandeza das fortunas que ambos os governadores de Moçambique deixaram de herança, compare-se, por exemplo, com a receita da alfândega da Ilha de Moçambique que, em 1777, contabilizou 79 contos de réis ou com a receita da Fazenda Real sobre a remessa de fazendas para os portos de Sena, Sofala e Inhambane, em 1781, avaliada em 16 contos de réis.

É evidente que os casos atrás referidos constituem paradigmas de grande acumulação de fortuna em África oriental setecentista, e estão longe, muito longe mesmo, da generalidade dos bens e dos capitais dos que viveram e faleceram em Moçambique, nessa época, e aí deixaram registo da sua fazenda.

É, por isso, indispensável ter presente que os níveis de riqueza de a maioria dos portugueses que viveram em África estiveram distantes de alcançar a grandeza da fortuna que aqueles governadores deixaram por herança. O património da família do sargento de granadeiros, Luís Lopes Pestana¹⁴, sapateiro de profissão e negociante de escravos, ascendeu a 531 mil réis; os bens de João Bernardo Hignes¹⁵, que foi secretário do governador José de Vasconcelos e Almeida, foram avaliados em cerca de 1 conto de réis; as fortunas do mestre da Ribeira, João Lopes Baguntes¹⁶, essencialmente construída no comércio de marfim e panos indianos, e ainda, no tráfico de escravos, bem como, a do governador de

¹¹ AHU, *Moçambique*, «Consulta da Junta Geral do Comércio de Moçambique sobre uma carta do Vice-Rei», cx. 4, doc. 20, 17 Outubro 1722.

¹² AHU, *Moçambique*, «Inventário dos bens pertencentes ao defunto governador Baltazar Pereira do Lago e respectivos leilões», Caixa Baltazar Pereira do Lago (1779-1854); AHU, *Moçambique*, «Treslado em pública forma do Inventario e Leilão dos bens do defunto Governador e Capitão General, Frei José de Vasconcelos e Almeida», cx. 36, doc. 18, 14 de Maio de 1781.

¹³ Luís Frederico Dias ANTUNES, «Como continuar a ser português em terras de África: quotidiano e conforto em Moçambique setecentista», in João FRAGOSO e Maria de Fátima GOUVÊA (orgs.), *Na trama das redes. Política e Negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, pp. 485-524.

¹⁴ IANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mc. 13, n.º 7, cx. 23.

¹⁵ IANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mc. 4, n.º 14, cx. 9.

¹⁶ IANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mc. 1, n.º 14, cx. 3.

Sena, António José de Melo¹⁷, encontravam-se estimadas em mais de 3 contos de réis.

Muito longe de reflectir os níveis de riqueza da metrópole, a generalidade das jóias dos portugueses que residiam na costa oriental africana ilustra bem a simbiose entre um certo gosto pelo estilo de vida e pela moda europeia e o recurso aos bens materiais nativos e a um certo gosto exótico com a marca do Índico. É provável que algumas destas jóias, frequentemente usadas na Europa, tenham sido trazidas de Portugal. Tudo indica que os *trémulos* e os cordões entrelaçados – designados nos inventários como *tramboladeiras* e *trasilis*, respectivamente –, tenham vindo do Reino, pois eram jóias muito usadas em toda a Europa. Mas, em muitos outros casos, as jóias poderiam perfeitamente ter sido produzidas na Índia, ou no Brasil. As *manilhas* de ouro e as *oiramas* com seus pendentos, isto é, as pulseiras e as arrecadas, respectivamente, são exemplos de jóias muito usadas e procuradas na Índia, sobretudo no Guzerate, como objectos de adorno e como forma de entesouramento.

Os elementos do topo da elite governativa não foram, no entanto, os únicos em Moçambique a usarem jóias e a possuírem peças decorativas de ouro e prata.

Sabemos que João Lopes Baguntes podia sair à rua vestido com uma camisa lisa com pescocinho de prata e botões de fileira e de punho, ambos de ouro. Se estivesse frio cobria-se com um capote, que podia ser fechado com um par de fivelas de prata. Completava a indumentária uma medalha, um relógio de prata, que mesmo avariado «fazia figura», os sapatos e um sombreiro de mão.

José Francisco da Fonseca, indivíduo que tinha feito fortuna no tráfico de escravos e transporte de marfim da Zambézia para a capital, enquanto capitão das corvetas da Baía e de Inhambane, e, mais tarde, no cargo de capitão-mor e juiz de Manica, possuía um pequeno conjunto de jóias e peças de ouro e prata muito interessante e, de certa forma, revelador do gosto e maneira de viver de uma sociedade. Para além do relógio de bolso francês, da *abotoadura* de camisa, dos botões de punho de pedra de cristal com casquinha de ouro, e da *tramboladeira*, jóias que parecem estar muito na moda na segunda metade do século XVIII, Francisco da Fonseca não dispensava os sapatos com fivelas de prata, não obstante viver nos confins da Zambézia. Deveria ser um dos brancos mais importantes da vila de Manica. Usava armas, desde as facas de mato às pistolas de algibeira, com cabos e coronhas de prata trabalhada e possuía três elegantes bengalas de *rota* da Índia, algumas das quais encastoadas a prata.

José Francisco da Fonseca era, também, um curioso da medicina e, talvez até pudesse ter alguns conhecimentos técnicos que o habilitassem a tratar e curar algumas doenças, traumatismos e afecções, pois, entre os vários livros que dispunha, encontrava-se uma das obras do doutor Mirandela, nome pelo qual

¹⁷ IANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, África, mc. 19, n.º 4, cx. 33.

era conhecido o médico da corte de D. João V¹⁸. Para além disso, ele possuía várias limas e ferros de tirar dentes, tornos de armar fixos, estojos de *lancetas* e navalhas, uma seringa, diversas tesouras, e, ainda, três *esgaravadores* de ouro e prata: dois deles para escabichar os ouvidos e o outro para limpar e esgaravatar os dentes.

Na realidade, sofrer dos dentes, no século XVIII, passar dias de suplício e noites mal dormidas por causas de dentes podres e infecções na boca, era uma das fatalidades que a todos podia afectar. Por exemplo, o governador D. Diogo de Sousa Coutinho (1793-1797) invocou dores de dentes insuportáveis para pedir o retorno ao Reino. Segundo o cirurgião-mor, D. Diogo sofria de «uma afecção escorbútica», uma doença muito vulgar em Moçambique, que lhe originava a alteração das gengivas e a consequente queda de dentes, para além de lhe causar febres altas e provocar violentas hemorragias que o deixavam a sangrar constantemente, o que teria «degenerado uma lassidão, debilidade nos joelhos, o corpo com escamas, sintomas de afecção leprosa»¹⁹. Indubitavelmente, o que hoje poderia ser considerada uma simples dor de dentes, a mesma, séculos atrás, sem médicos conhecedores da arte, poderia ser perfeitamente insuportável: os médicos de Luís XIV, por exemplo, «quebraram a sua mandíbula na tentativa de extrair os molares apodrecidos», e o ar austero que George Washington exhibe nos seus retratos, dever-se-ia ao uso de uma dentadura postiça que o fazia viver sob dor constante²⁰. Não sabemos, no entanto, se os enfermos achavam que ter Francisco da Fonseca, munido com os seus instrumentos de dentista, era uma «bênção divina». Eram frequentes os clamores e lamentos pela falta de médicos em Moçambique, sobretudo nas zonas interiores da Zambézia, porque aqueles

¹⁸ Provavelmente, seria o livro intitulado *A Âncora medicinal para Conservar a Vida com Saúde*, do dr. Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, editado em 1721, e, mais tarde, várias vezes reeditado (1731, 1754 e 1769). Era natural de Mirandela, e por essa razão era mais conhecido pelo dr. Mirandela, e a sua obra, o livro do dr. Mirandela (cf. Francisco da Fonseca HENRIQUES, *A Âncora medicinal para Conservar a Vida com Saúde*, texto modernizado por Manoel Mourivaldo Santiago de Almeida e outros, São Paulo, Ateliê Editorial, 2004).

¹⁹ Adolfo GONÇALVES, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo: biografia*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 381, veja-se AHU, *Moçambique*, caixa 68, doc. 69, 25 de Agosto de 1794.

²⁰ Para Robert DARNTON, as dentaduras de George Washington seriam de madeira (cf. *Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005). Para outros especialistas, George Washington possuía vários conjuntos de dentaduras que actualmente fazem parte do acervo da *University of Maryland Dental School Museum* (cf. <http://www.virginia.edu/gwpapers/faq/gwteeth.html> Foto de um conjunto de dentaduras do presidente americano, completo e com molas). Um das dentaduras, talhada em marfim e ouro, desapareceu quando a referida Universidade de Baltimore a emprestou para estar patente numa exposição organizada pelo *Smithsonian Institution*, em 1976. Até hoje, não foi recuperada. Outras dentaduras eram feitas de diferentes materiais, desde dentes de porco, de vaca e de alce (cf. O capítulo I do livro de John R. BUMGAMER, *The Health of the Presidents: The 41 United States Presidents Through 1993 From a Physician's point of View*, Jefferson, North Carolina, Macfarland & Company, 1994).

que exerciam tão necessárias e cuidadosas funções não passavam de uns curiosos sem nenhuma qualidade profissional, uns ignorantes e perigosos medicastros, que, segundo Lacerda e Almeida, se viam alcandorados aos cargos de físicos mores por indicação ou escolha dos enfermeiros do hospital de Moçambique, que, assim, concediam aos seus auxiliares o título de doutores, com a aprovação do governador da colónia. Não seria, pois, surpreendente que o único médico de Tete, no final da década de 1770, se gabasse de «não ter mandado alguns enfermos para o outro mundo, porque, vendo que estão em perigo, ou que não há-de sair bem da cura, os entrega á natureza e à Divina Providencia, único recurso que todos temos n'estes Rios, a respeito de quasi todas as nossas urgentes necessidades»²¹. Nesta matéria, o problema era que muitos portugueses receavam que nem a «Divina Providência» estivesse muito empenhada em lhes acudir, porque a maioria vivia muito afastada dos princípios básicos do cristianismo.

Um interessante *Edital da Inquisição de Goa contra certos costumes e ritos de África Oriental*, constitui um repertório precioso sobre os hábitos e as práticas religiosas que, na segunda metade do século XVIII, combinavam rituais cristãos e cultos pagãos. Não se trata propriamente de heresias, no sentido de uma ideia ou de uma prática que contraria a doutrina estabelecida, mas de cerimónias amplamente prosseguidas pela força da tradição, e, muitas vezes, associadas às práticas de magia e feitiçaria, e ao culto dos espíritos ancestrais, que se crêem estar presentes nas forças da natureza. Entre os actos que mereceram reprovação e censura por parte dos Inquisidores Apostólicos salientam-se a incorporação de actos gentílicos nas cerimónias dos baptismos; as manifestações festivas a Cristo pelo aparecimento do «menstruo às mulheres»; o hábito de, no caso de um dos filhos gémeos morrer no parto, fazer um boneco amortalhado e ornado com missangas para o enterrar «junto da criança que falleceo, para que não venha buscar o dito defunto ao outro seu irmão gémeo que ficar vivo»; ou, ainda, o costume de «mandar pelas casas de outras pessoas os pannos, ou quaesquer outros sinaes manifestantes do primeiro coito completo entre os noivos»²².

Não surpreende, pois, que, em meados de setecentos, a cafrealização de brancos, indianos e mulatos atingisse um elevado grau, e tivesse tendência para expandir de forma praticamente inevitável, na medida em que, como salientou Alexandre Lobato, em muitos aspectos da vida social, o padrão de comportamento dos brancos não podia contradizer ou entrar em conflito com as superstições dos

²¹ Francisco José de Lacerda e ALMEIDA, *Travessia de África*, introdução crítica de Manuel Múrias, edição acrescida do Diário da Viagem de Moçambique para os Rios de Sena e do diário de regresso a Sena pelo Padre Francisco João Pinto, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, pp. 134-135.

²² Joaquim Heliodoro da Cunha RIVARA, *O Chronista de Tissuary*, vol. II, Nova Goa, 1867, pp. 273-275.

negros, nomeadamente. quando os adivinhos pressagiavam, por dotes de magia em que todos se fiavam, dificuldades ou insucessos para determinados eventos²³.

Na realidade, de acordo com inúmeras referências documentais, a maioria dos portugueses, apenas quando via chegar a hora da morte, procurava levar uma vida em conformidade com os rituais e práticas católicas para poder entregar-se ao Criador com a «alma pura». Quanto ao mais, o comportamento dos brancos no seu quotidiano, seguiu os costumes licenciosos e um complexo conjunto de factores que compunham o ambiente e a vivência dos africanos. Pereira do Lago, foi um dos que mais amargamente censurou a ociosidade em que viviam europeus e indianos, bem como a forma como educavam os seus filhos, a quem denominava de «brutinhos, [criados] na vida sensual, e doutrina dos cafres, sem outro préstimo, nem aplicação»²⁴. Do mesmo modo, considerou que uma das principais causas da decadência dos moradores de Moçambique foi a devassidão de suas vidas licenciosas. Um dos exemplos mais famosos foi o da mulher de Marco António Montauray, cuja conduta, considerada indecorosa e obscena, terá contribuído decisivamente para a ruína da sua Casa, uma das mais importantes da Zambézia.

«A que se seguiu logo ao terceiro dia do seu falecimento [de Marco António de Montauray] amanhecer cazada pella meya noite a viuva sua Molher em acto clandestino com Miguel Joze Pereira Gajo, que foy tenente deste Regimento [de Sena]; e dizem as más lingoas, já se entretinha em vida de seu marido em domesticar esta cabra brabissima, com a pecima criação, e liberdades insolentes de toda a sua família, abominável em crimes, absolutos, e dezordens que a V. Ex^a serão constantes, e ponderáveis de huma Caza, que sustentou sempre as izeçoens e temeridades de Regula; e produzio este Monstro para quem preveny Ordens e determinaçoens em seu beneficio; Logo que soube do perigo em que se achava Marco António, a fim de que aquella Caza se conservasse administrada por novo Marido, que se lhe considerasse proporcionado. Mas esta creaturinha sem mais razão que o seu gosto, nem mais Ley, que de huma vida sem preceito para que lhe não obstasse algum impedimento se cazou com hum, e muitos (...)»²⁵.

²³ Alexandre LOBATO, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique 1752-1763, 1ª parte, Fundamentos da Criação do Governo-Geral em 1752*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958, pp.153-154.

²⁴ AHU, *Moçambique*, «Carta do governador de Moçambique, Baltazar Pereira do Lago, em que dá conta da relação dos residentes em Moçambique, seus officios e modo de vida», cx. 26, doc. 82, 20 de Agosto de 1766.

²⁵ AHU, *Moçambique*, «Carta do governador de Moçambique, Baltazar Pereira do Lago, sobre a morte de Marco António de Azevedo Coutinho de Montauray, fidalgo da Casa real e governador dos Rios de Sena, e, ainda, sobre a conduta de sua mulher e situação de sua família», cx. 27, doc. 90, 19 de Agosto de 1767.

Ainda assim, cabe-nos interrogar se estes comentários brutais sobre o comportamento da mulher de Montauray, seriam válidos para muitas outras situações, ou, se pelo contrário, diziam respeito a um ou outro caso isolado? Seria Pereira do Lago, por exemplo, um paladino da moralidade em terras africanas? João Nogueira da Cruz, Comissário do Santo Ofício de Goa, apontou cuidadosamente a libertinagem em que viviam muitos dos portugueses residentes na África oriental, assinalando que o próprio governador «o primeiro compreendido em notória, e escandalosa mancebia à vista, e face de todos sem reboço, e na maior devassidão, mal poderia sem igoal escândalo»²⁶. Não é seguro, mas, é muito provável, que o padre Nogueira da Cruz se estivesse a referir ao relacionamento intenso e prolongado que o governador Pereira do Lago manteve com Rosa Maria da Conceição, mulher de 24 anos de idade e viúva de uma tal Basílio. Desta união nasceria Josefa, uma filha considerada espúria. Na realidade, em matéria de relações, consideradas extra conjugais, o governador era reincidente. Já, anteriormente, em Lisboa, tinha vivido amancebado com Inês Leonor, mulher casada, cujo marido se ausentara para Espanha, onde vivia homiziado. Desta relação nasceria, em 1762, Gaspar Manuel, o seu filho «natural», tornado legítimo por D. Maria, para que pudesse vir a ter direito á terça da herança paterna²⁷.

É evidente que a natureza e o temperamento de cada indivíduo determinavam, por vezes, o seu comportamento, mas, em muitos outros casos, eram as próprias condições materiais dos europeus em Moçambique que condicionavam as condutas e as formas de convívio. De entre o conjunto de circunstâncias que contribuem para definir as *formas de estar*, sobressai, por exemplo, a rusticidade, a pequenez e a má qualidade de grande parte das casas, porquanto, sendo construídas de pedra e barro (quando estes materiais existiam na região, o que, diga-se, nem sempre se verificava), quase todas cobertas de palha, á excepção de duas ou três cobertas de telha vã e sem reboco algum²⁸, permitiam que muitos dos actos que se queriam privados se tornassem públicos. A bisbilhotice e o mexerico parecem ter sido traços característicos, com ampla aceitação, numa sociedade que tinha muito tempo para o ócio. Muitos dos habitantes mandavam os seus criados a casa dos vizinhos para inquirirem o que nelas se passava, fazendo da devassa

²⁶ AHU, *Moçambique*, «Carta de João Nogueira da Cruz, Comissário do Santo Ofício de Goa e Províncias anexas, e Governador Eclesiástico no território da Administração Episcopal de Moçambique, para Martinho de Mello e Castro, sobre a visita que fez à colónia, durante três anos e meio», cx. 35, doc. 94, 27 de Março de 1781.

²⁷ Luís Frederico Dias ANTUNES, «Como continuar a ser português em terras de África...», (*já cit.*), p. 502.

²⁸ Felipe Gastão de Almeida de EÇA, *Lacerda e Almeida. Escravo do dever e mártir da ciência (1753-1798. Apontamentos históricos, biográficos e genealógicos, com algumas notícias e documentos inéditos...*, Lisboa, Tipografia Severo Freitas, 1951, p. 68; António Pinto de MIRANDA, «Memória de África Oriental e da Monarquia Africana», in Luiz Fernando de Carvalho Dias (pref. e col.), *Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique, (séc. XVIII)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1954, pp. 67-79.

da vida privada e da disponibilidade e preferência sexual desses vizinhos e dos seus escravos, uma tarefa do dia-a-dia. Tal como acontecia no Brasil, muitas das igrejas de Moçambique eram locais onde se preparavam encontros amorosos e se ouviam sem o mínimo de decoro, mesmo durante a celebração da missa, «impuras conversas» sobre a qualidade e o desempenho sexual de determinada pessoa desejada.

Um indivíduo, que podia ser europeu ou mestiço, tinha geralmente uma mulher principal, que até podia ser legítima aos olhos da igreja, e muitas outras escravas que faziam os trabalhos domésticos e partilhavam a cama do senhor.

A chegada de um navio europeu era, muitas vezes, saudada com a presença de negras «mundanas» que se amancebavam com os membros da tripulação e com «pemberaçóens», isto é, com enormes festividades nas quais havia fartura de bebidas alcoólicas, batuques, danças e cantares, que davam origem a frequentes desordens de difícil controlo.

Ainda a este propósito, as fontes sublinham que nem mesmo uma boa parte do clero moçambicano tinha um comportamento condicente com o seu estatuto religioso. Muitos dos padres e missionários viviam na Zambézia e nas ilhas de Cabo Delgado uma vida de devassidão. Sabemos, por exemplo, que, no início da década de 1760, o dominicano Frei Pedro era o maior negociante de ouro e marfim da região, bem como «hum homem ambiciozissimo, e tão viciado que morreu entre hum sarralho de mais de trinta concubinas»²⁹.

3. Talvez seja difícil a tarefa de reduzir a uma simples fórmula as complexas motivações que levavam ao consumo de artigos relacionados com a comodidade e o bem-estar, nomeadamente, os móveis e as louças.

As profundas alterações económicas e sociais ocorridas em Moçambique, na segunda metade do século XVIII, e a efectiva participação dos referidos governadores no tráfico de escravos e na actividade mercantil desenvolvida com a Índia permitiram a um pequeno núcleo de portugueses retomar um certo estilo de vida, de lazer e conforto europeus e alguns dos tradicionais hábitos de consumo da fidalguia portuguesa.

A maioria dos moradores portugueses demonstrava um quase total desprezo em relação aos ofícios, aos «trabalhos mecânicos» e à agricultura, preferindo passar o seu tempo na «diverção do ócio». A falta de ambição, o pouco préstimo, o mau carácter e a pouca instrução foram traços característicos da maioria desses indivíduos, devidamente retratados na documentação de maior fôlego, sobretudo

²⁹ AHU, *Moçambique*, «Carta do padre capelão de Quelimane, Domingos José dos Reis, para o governador de Moçambique, José de Vasconcelos e Almeida, sobre os abusos das tripulações dos barcos de viagem», cx. 34, doc. 24, 30 Julho 1780; AHU, *Moçambique*, «Carta do governador dos Rios de Sena, António de Melo e Castro, para o governador de Moçambique, José de Vasconcelos e Almeida, sobre assuntos relativos à vida social em Sena», cx. 33, doc. 92, 14 Junho 1780.

nas *Memórias, Notícias e Relações*, da segunda metade do século XVIII. Essa matéria mereceu especial atenção do governador Pereira do Lago, porquanto, em 1766, ordenou o arrolamento da população que vivia na Ilha de Moçambique e cercanias «não só para saber a quantidade de gente que governava, como para lhe examinar os modos por que viviam, e a razão porque não exercitavam os ofícios com que foram criados»³⁰. Ficou, então, a saber que, num total de 178 reinóis, indianos e filhos da terra, 22% eram pessoas ociosas e vadias, pessoas que viviam de esmola ou a cargo de parentes ou amos, ou, pura e simplesmente, indivíduos que se desconhecem as suas fontes de rendimento e o que faziam do seu tempo³¹.

Os europeus mal chegavam a terras de África tomavam os hábitos da vadiagem e madracice dos nativos e dos patrícios, dizia-se. Parecia haver tempo para tudo: «desta sorte ociosos passam os dias da vida até que a morte chega».

Uma certa laicização das práticas de sociabilidade, os gostos pelo convívio e as necessidades de entretenimento dos indivíduos que pertenciam ao grupo social mais privilegiado, em Moçambique, parecem, salvo as devidas «distâncias», assemelhar-se aos círculos aristocráticos do Reino. Era comum, por exemplo, nas reuniões e festas, os convivas recrearem-se com jogos de damas e de xadrez ou com jogos de cartas que, geralmente, envolvia elevadas apostas em dinheiro e bens. Podiam, também, divertir-se dançando e conversando, enquanto comiam e bebiam café e chá, entre uma baforada de tabaco e uma pitada de rapé brasileiro.

É curioso que a falta de algum desses artigos causava grande desânimo aos seus consumidores. Os portugueses exasperaram, amiúde, a falta de tabaco brasileiro. Em terras de África, longe do seu ambiente social, a privação destes pequenos «vícios» em horas de lazer, podia tornar a vida ainda mais dura e desumana.

Nos lares de europeus e de «brancos» em Moçambique, encontramos de tudo um pouco:

- Um pequeno mundo de objectos ocidentais, próprio das elites que, residindo em África, viviam muito de aparências e de imagens coloniais que procuravam manter janelas abertas para as memórias e para os hábitos europeus: algum tipo de mobiliário de figurino português e material brasileiro, as imagens de arte sacra, as pratas antigas, os relógios franceses, os quadros, painéis e livros;

- Um mundo de influências orientais: mobiliário de guarda de influência indo-portuguesa, tapeçarias e têxteis de casa, colchas de seda que serviam de panos de arrás, cortinados indianos que separavam espaços ou que enfeitavam as portas, serviços de chá de porcelana da China, louças da Índia, *palanquins* com

³⁰ AHU, *Moçambique*, «Carta do governador de Moçambique, Baltazar Pereira do Lago, em que dá conta da relação dos residentes...», cx. 26, doc. 82, 20 de Agosto de 1766.

³¹ Luís Frederico Dias ANTUNES, «Como continuar a ser português em terras de África...», (*já cit.*), p. 506.

os quais se fazia transportar à força de escravos, bengalas de *rota*, tapa-sóis e as cabaias indianas que lhe permitiam «sentar com as pernas cruzadas».

Não queremos ignorar os aspectos do quotidiano dos mais pobres, com os seus gastos na mobília, os seus hábitos de higiene, os seus comportamentos, mas, na realidade, para esta categoria social, dos poucos inventários que encontramos, a maioria restringe-se aos aspectos puramente económicos da sua vida: dívidas contraídas, empréstimos, dinheiro em carteira³². Ainda assim, encontramos vários casos de indivíduos europeus como, por exemplo, António Entremenes Pinto, secretário do governo de Pereira do Lago, entre 1768-1773, que também possuiu diversos recipientes para se lavar, três penteadores de fazer a barba, e, mesmo um urinol, ou, José Francisco da Fonseca que, na feira de Manica, tinha várias bacias para lavar as mãos e os pés, espelhos e uma caixa com duas cabeleiras, outra, com pós, dois ferros para alisar as perucas, e, ainda, dezenas de «paus de sabão».

4. Do que fica resumidamente exposto ressalta que a produção e utilização de bens culturais da elite administrativa de Moçambique, na segunda metade do século XVIII, evidenciam a interação cultural, política e económica entre europeus, africanos e asiáticos.

O tráfico de escravos em larga escala, para além de ter proporcionado a uma pequena elite enormes vantagens económicas e de ter provocado profundas alterações na estrutura social moçambicana, acabou por propiciar uma rede de relações culturais e políticas com o Brasil, e com os franceses das Maurícias.

Constata-se que à medida que se caminhava para o final de setecentos, a reduzida elite moçambicana foi formando um gosto mais elegante pelo espaço privado da vida doméstica, foi sentindo necessidade de melhorar a educação dos filhos, enviando-os para colégios em Goa, Lisboa, Rio de Janeiro e Montevidéu, foi-se tornando mais cosmopolita e receptiva a influências de centros urbanos estrangeiros.

Muitos dos membros da elite moçambicana de finais de setecentos já não eram propriamente analfabetos. Mesmo excluindo as bibliotecas dos jesuítas que contava com alguns milhares de livros, detecta-se que moradores nos confins da Zambézia tinham na sua posse dezenas de obras literárias, algumas das quais em língua francesa, nomeadamente romances sobre «istorias de piratas», livros de passatempos, diversas qualidades de dicionários, um de geografia, outro designado «de Avinhão». Junto aos livros franceses e ingleses encontramos muitos outros em língua portuguesa: livros de medicina, tratados filosóficos, livros de História de Portugal e Universal, de História da religião, e um curioso «Tratado Compendio Istórico da Universidade de Coimbra».

³² Luís Frederico Dias ANTUNES, «Como continuar a ser português em terras de África...», (*já cit.*), pp. 510-515.

As relações sociais e culturais com brasileiros e, especialmente, com franceses, foram vigiadas de perto pelas autoridades portuguesas, receosas de qualquer «contágio ideológico» pernicioso. Tentava-se impedir qualquer contacto com as tripulações de navios franceses imbuídas do espírito revolucionário, maçónico, da República Francesa; perseguiram-se os passos dos inconfidentes brasileiros que chegaram a Moçambique, em 1792³³; e vigiava-se a leitura dos jovens que tinham ido estudar em França (Eleutério José Delfim) e em Lisboa (Vicente Guedes da Silva). Sem grande sucesso, diga-se, mas, ainda assim, nada podia travar a euforia do tráfico negreiro, nem mesmo os estudantes de espírito progressista que eram, afinal, os filhos dos grandes comerciantes de Moçambique.

Mas, enfim, ainda estávamos muito longe da época de relativa expansão da colonização branca e europeia, que se seguiu após a transferência do poder da ilha de Moçambique para Lourenço Marques, e que marcou uma certa continentalização da administração e uma nova forma de viver dos portugueses em África oriental. Deixemos, no entanto, estas matérias para outra ocasião, pois, são contas que pertencem a outro rosário.

Ponta Delgada, 27 de Novembro de 2009

³³ Adolto GONÇALVES, *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*(já cit.)